



1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
11/04/2019	09:40	12:20	Sala do Tribunal Pleno do TJBA

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Projetos Concluídos
04	Resumo da execução dos Projetos iniciados em 2017/2018
05	Projetos com execução controlada/sem deliberação do CGOV
06	Projetos para deliberação do CGOV
07	Proposta de Inclusão de Projeto no Portfólio
08	Execução Orçamentária x Programas Estratégicos
09	Justiça em Números - Previsão de Pontuação 2019
10	Metas Nacionais – Foco Meta 2
11	Desempenho do TJBA na Meta 2
12	Ranking da Transparência
13	Indicadores Estratégicos do TJBA
14	Semana de Sentenças e Baixas
15	Aprovação da Data da 2ª RAE de 2019
16	Encerramento

3. Comitê de Governança

Nº	Nome	Órgão/ Setor	Assinatura
1	Des. Gesivaldo Nascimento Britto	Presidência	Representado
2	Des. Augusto de Lima Bispo	1ª Vice-Presidência	
3	Desa. Maria da Graça Osório Pimentel Leal	2ª Vice-Presidência	ausente
4	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos	Corregedoria Geral de Justiça	ausente
5	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Corregedoria das Comarcas do Interior	ausente
6	Juiz de Direito Humberto Nogueira	Assessoria Especial da Presidência I — Magistrados	
7	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II — Assuntos Institucionais	
8	Juiz de Direito Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
9	Iramar Viana Martinez de Almeida	Secretaria-Geral da Presidência	
10	Ana Paula do Carmo Barbosa Silva	Secretaria de Administração	
11	Antônio Roque Do Nascimento Neves	Secretaria Judiciária	
12	Pablo Roberto Nascimento Moreira	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	Leandro Sady Rodrigues	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
14	Lorena Pimenta Navarro	Gabinete da Presidência	Navarro
15	Fernanda Pinto Dantas Braga de Souza	Controladoria do Judiciário	Fernanda Dantas
16	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	



17	Líbia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima	Universidade Corporativa	
18	Leila Lima Costa	Secretaria de Gestão de Pessoas	
19	Mariana da Silva Larangeira	Diretoria de Primeiro Grau	

4. Apresentação da Pauta

01. Abertura

O 1º Vice-Presidente, Desembargador Augusto Bispo, iniciou a Reunião de Análise da Estratégia – RAE – agradecendo a presença de todos, informou a impossibilidade do Presidente Des. Gesivaldo Britto participar da Reunião por outro compromisso e pediu à Secretária Geral que procedesse a leitura da Ata da RAE anterior.

02. Leitura da ATA da RAE anterior

A Secretária-Geral da Presidência – Sra. Iramar Almeida leu, de forma resumida, a ata RAE de 20 de novembro de 2018.

Pedro Vivas informou o formato de apresentação da Reunião, lembrando que na Reunião de Líderes Avançados ficou decidido que só seriam levados para a RAE aqueles projetos que necessitassem de deliberação do CGOV.

Pedro Vivas aproveitou o encontro para informar os resultados da pesquisa de Maturidade em Gestão de Projetos, que em 2017 apresentou um resultado de 1,91 e em 2019 o índice passou para 3,09, o que demonstra que o TJBA está no caminho para a maturidade em Gestão de Projetos.

03. Projetos Concluídos

A servidora Hévila Santana apresentou os projetos que foram concluídos:

- 1ª Vice-Presidência - Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no Plantão Judiciário do 2º Grau (Requisitos da Norma Nbr 9001:2015)
- Aep II/Unicorp - Institucionalização da Instrutoria No TJBA
- NAF - Modernização do Sistema de Arrecadação

04. Resumo da execução dos Projetos iniciados em 2017/2018

Hévila Santana apresentou o resumo da execução dos Projetos do Portfólio de Projetos Estratégicos. Sendo que no total de 42 projetos desde 2017, 22 foram concluídos e 20 ainda estão em execução

05. Projetos com execução controlada/sem deliberação do CGOV

Dos 20 Projetos iniciados em 2017, 16 foram concluídos e 4 ainda estão em execução, com um percentual de ações executadas de 97,8%. Já os projetos iniciados em 2018, dos 22 aprovados, 6 estão concluídos e 16 em andamento, representando um percentual de 60,67% de execução das tarefas. Desses 16 projetos, 11 estão com conclusão prevista em 2019.

Os demais projetos iniciados em 2018, 3 estão com previsão de término em 2020 e 2 com previsão de término em 2021.

06. Projetos para deliberação do CGOV

Cinco projetos foram relacionados para deliberação do Comitê de Governança. Hévila Santana apresentou-os:

1º) NAF – Melhoria da Gestão e Fiscalização da Arrecadação. O Diretor Adolfo Ferri defendeu a prorrogação do término do projeto por ainda restarem 2 módulos pendentes de execução. O projeto está com previsão de conclusão para 04/11/2019. O Diretor submeteu a aprovação do CGOV. O Comitê de Governança aprovou por unanimidade.



2º) CTJUD – Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão – A Controladora Fernanda Dantas estava em trânsito e pediu para prosseguirmos com a pauta. A deliberação foi passada para o final.

3º) SETIM – Transformação Digital com uso de Novas Tecnologias – o Secretário Leandro Sady solicitou a retirada do projeto do Portfólio Estratégico. O Secretário defendeu que o projeto tem caráter estratégico e de fundamental importância para o andamento das ações do TJBA, porém sugeriu sua exclusão por algumas razões:

- a) A maioria dos projetos estratégicos contempla alguma ação da SETIM envolvendo novas tecnologias. Portanto, os produtos do Projeto de Transformação já estão inseridos em diversos projetos do Tribunal. Citou como exemplo o Projeto Queixa Cidadã que utiliza a inovação tecnológica de reconhecimento facial. Considera ainda que a Transformação Digital é um Programa do Tribunal, pois não haverá um final, continuará existindo independente desse exercício e dessa gestão. Considerou que o Judiciário vem sempre buscando novas tecnologias e que não sentido um projeto contemplar uma única entrega para esse fim.
- b) Informou que existem outros projetos no TJBA que poderiam ser abarcados pelo Projeto de Transformação Digital, mas não há recurso orçamentário disponível. Informou que as ações que estão sendo executadas atualmente estão utilizando os recursos já existentes no Tribunal sem aumento de mão-de-obra.

Lembrou que o pedido de retirada do projeto do acompanhamento pela RAE não significa que será encerrado, porém seu acompanhamento será feito internamente pela SETIM. Justificou assim que cumprirá os prazos de entrega dos demais projetos que necessitam da SETIM, além de “enxugar” a RAE. O reflexo do cumprimento do cronograma dos projetos da SETIM será percebido nos projetos das Unidades que demandam seus serviços.

Complementou que a SETIM está com projetos envolvendo Inteligência Artificial com propostas de atuação no âmbito federal.

A Secretária Leila Lima (Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP) pediu a palavra para questionar se os projetos que já estão inclusos no Projeto de Transformação Digital continuariam a ser executados, em especial os dois projetos da SEGESP.

O Secretário Leandro Sady afirmou que todos os projetos terão sua execução continuada. Não apenas os da SEGESP, mas os das demais unidades que ensejaram apoio e desenvolvimento por parte da SETIM. Lembrou novamente da necessidade de orçamento para a realização de novos pleitos.

Ressaltou que Inovação Digital já está inserida no Tribunal, sem a necessidade de acompanhamento pelo Comitê de Governança na RAE.

Adicionou que, como acontece em outros Tribunais, faz-se necessária a criação de uma Unidade de Inovação dentro da Setim. Pois dessa forma, não só projetos e programas serão acompanhados, mas haverá um setor que pensará Transformação e Inovação para atender as unidades do Tribunal. Sugeriu que a unidade de Inovação seja multidisciplinar para que de fato possam ser atendidas as demandas do Tribunal. Deixar de ser um projeto da Setim, para ser um Programa do Tribunal.

Foi colocado em votação pelo CGOV, que em sua maioria concordou com a retirada, porém o Secretário Pablo Moreira, não manifestou seu voto e pediu a palavra.

O Secretário Pablo Moreira colocou sua opinião contrária à retirada do Projeto do Portfólio. Lembrou que o Secretário da Setim confirmou a necessidade de criação de uma unidade de inovação. Dessa maneira, pediu que esse pleito fosse votado e não a retirada do projeto do Portfólio Estratégico. Ponderou que o tema de inovação tecnológica precisa ser mais discutido. Concordou que as limitações de pessoal e orçamentárias existem, mas que retirar o projeto do acompanhamento estratégico não seria o melhor caminho. A falta de recursos orçamentários não poder ser um limitador para a execução de um projeto estratégico, primeiro deve-se avaliar remanejamento de orçamento por exemplo. Acrescentou que na elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2021 a 2026, a Inovação Tecnológica é de extrema importância.

O Des. Augusto Bispo considerou que como a retirada do projeto já havia sido votada, passou a palavra ao Secretário Leandro Sady para que debatesse com as argumentações do Secretário Pablo Moreira e depois disso proceder à nova votação.



O Secretário Leandro Sady concordou com Pablo Moreira com algumas ponderações: a partir do momento que o projeto estiver no Portfólio Estratégico, será acompanhado na RAE, sua execução será baixa por depender de orçamento, mais precisamente de investimentos. A cada Reunião de Análise da Estratégia o Projeto de Transformação Digital estará com sua execução parada por falta de recursos, ainda que esteja sendo executado em outros setores que estão utilizando a transformação digital. Reforçou seu pleito de parar o acompanhamento do projeto como parte do portfólio estratégico e colocou a proposta de criação de um grupo para discutir a criação de uma unidade de inovação a exemplo de outros Tribunais de Justiça. A Setim continuará atendendo ao conceito de transformação digital nos projetos que já estão sendo desenvolvidos, mas não tem a capacidade técnica e orçamentária para elaborar novos projetos nesse conceito. Citou também a necessidade de maior envolvimento e participação das unidades gestoras para subsidiar a Setim de informações sobre os produtos que serão desenvolvidos. Informou que os projetos de inovação que são solicitados à Setim hoje esbarram na questão orçamentária. Pediu que o projeto fosse retirado do portfólio estratégico até que possa ser transformado em um programa.

O Des. Augusto Bispo ponderou que em virtude de não estar havendo consenso, deixar suspensa a votação para outra oportunidade. Indagou a Secretária Geral – Iramar Martinez - se havia opinião a emitir. A Secretária achou melhor ouvir novamente o Secretário de Planejamento, pois se preocupa em não estar atendendo alguma determinação ou macrodesafio estratégico e quem tem propriedade para opinar é o Secretário da Seplan. Acrescentou ainda que entende as colocações do Secretário da Setim, pois sua secretaria é extremamente demandada e está com o quadro técnico sobrecarregado.

O Sr. Pablo Moreira – Secretário de Planejamento – reforçou que o objetivo da RAE é justamente cuidar para que os macrodesafios estratégicos sejam atendidos através dos projetos, inclusive as ações orçamentárias devem ser direcionadas aos projetos estratégicos que estão ligados ao Planejamento estratégico aprovado pelo Pleno do TJBA. O posicionamento do Secretário é que, por ser um projeto estratégico, necessita estar no portfólio exatamente para que recursos orçamentários possam ser direcionados para as ações da Setim. Os temas estratégicos não devem deixar de ser enfrentados por falta de recursos. O Secretário sugere que o projeto seja paralisado, reavaliado e salvar nova linha de base, mas que não seja retirado do portfólio estratégico.

O 1º Vice-Presidente Des. Augusto Bispo ponderou que, mesmo que a votação já tenha ocorrido a favor da retirada do projeto, as considerações do Secretário de Planejamento são compreendidas e a sugestão de deixar o projeto no portfólio e readequá-lo é um caminho para o atendimento da estratégia do Tribunal.

Pablo Moreira acrescentou que as ações de tecnologia continuarão a ser executadas e que não devem ser departamentais, mas sim acompanhadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM).

O Secretário Leandro Sady prosseguiu suas considerações reafirmando que os projetos de cada unidade continuarão existindo e sendo acompanhados e entregues pela SETIM. Citou que o Projeto de Transformação Digital não tem o que entregar, pois as suas entregas são as entregas dos projetos departamentais que já estão no portfólio estratégico. Defendeu que o projeto de Transformação digital não início, meio e fim. Considera-o um programa de apoio aos projetos estratégicos do Tribunal, um programa de incubação de projetos estratégicos com uso de novas tecnologias. Defendeu novamente a necessidade de finalizar o projeto concomitantemente à criação de um grupo cuja missão seja coordenada pela SETIM e multidisciplinar com os demais setores. O pleito da SETIM é que os demais setores do Tribunal digam suas necessidades para que, em conjunto, sejam buscadas as soluções. Leandro Sady pediu que os demais colegas do CGOV dessem suas opiniões a respeito do tema.

O Des. Augusto Bispo franqueou a palavra aos demais membros do CGOV.

Dr. Paulo Chenaud, Coordenador de Juizados Especiais, entende as considerações de ambos os Secretários, mas não tem segurança para decidir a saída do projeto. Registra sua preocupação com relação ao atendimento de projetos das demais unidades quando da saída do projeto da SETIM sair do portfólio estratégico.

Leandro Sady reafirmou que todos os projetos que são atendidos pela SETIM através do projeto de Transformação Digital terão suas ações acompanhadas e cumpridas.

Dr. Paulo Chenaud lembrou a importância da análise dos custos dos projetos que são aprovados como estratégicos.



O Des. Augusto Bispo passou a palavra ao Secretário Pablo Moreira, que não acrescentou mais ponderações acerca de sua posição sobre a permanência do projeto como estratégico. No entanto, registrou sua alegria em ver a maturidade da discussão sobre o portfólio estratégico do Tribunal. Lembrou que existem projetos no portfólio que perpassam gestões, que têm duração maior que 1 ou 2 anos, representando assim o que foi dito, em discurso de posse do atual Presidente, sobre a necessidade de continuidade das ações.

O Des. Augusto Bispo sugeriu que a decisão sobre o projeto fique para a próxima RAE. Anulou a votação realizada e pediu que as áreas interessadas estudassem uma nova maneira de acompanhar o projeto.

Pedro Vivas acrescentou que as unidades devem utilizar a ferramenta de gestão adquirida pelo TJBA para o melhor controle do escritório de Projetos e Processos Estratégicos (EPPE), além de incrementar suporte aos escritórios Departamentais de Projetos e Processos (EDEPs).

Hévila Santana registrou a importância das discussões acerca de projetos estratégicos na RAE antes de proposição para compor o portfólio estratégico do TJBA.

Dando prosseguimento à pauta, a Controladora, Fernanda Dantas, solicitou alteração do escopo do projeto Implantação da Unidade de Acompanhamento de Gestão. O projeto tornou-se inviável em virtude do limite da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), pois ensejava a criação de um cargo. Após a Reunião de Líderes Avançados, foi decidido que o projeto adaptará um cargo já existente às funções da Unidade a ser criada. As alterações serão feitas no Sistema de Gestão e Projetos (SGP) e muito provavelmente na próxima RAE pode até estar totalmente executado.

O Des. Augusto Bispo colocou em votação. O CGOV aprovou a readequação do projeto por unanimidade.

Prosseguindo às deliberações, a Secretária Leila Lima defendeu pontos importantes acerca de dois projetos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP).

Quanto ao projeto Estruturação do Quadro de Pessoal, a Secretária lembrou que está relacionado à Resolução 219. O Ato de remoção está pronto e será repassado às duas Corregedorias (Capital e Interior) para assinatura, pois se trata de ato conjunto e é necessário o consenso tanto das duas Corregedorias como da Presidência deste Tribunal.

Quanto ao Projeto E-social, após a Reunião de Líderes Avançados (RLA), foi definido que o pacote de entrega de janeiro de 2020 é a prioridade, e o comitê de implantação do E-Social já solicitou às demandas urgentes às áreas responsáveis.

A Secretária-Geral da Presidência, Dra. Iramar Viana, pediu a palavra. Em sua fala, lembrou que o Planejamento Estratégico do Tribunal foi aprovado pelo Pleno em 27/03/2015 e, conforme dito pelo Secretário de Planejamento, é uma preocupação do Presidente Des. Gesivaldo Britto, a continuidade dos projetos e a execução e acompanhamento do Planejamento. O portfólio estratégico é dinâmico e podem ocorrer inclusões e exclusões de projetos, principalmente por questões de priorização orçamentária. As unidades devem ter ciência que devem facilitar o remodelamento de ações para atender as reais necessidades do Tribunal, alocando suas dotações orçamentárias sempre com a finalidade da melhor aplicação do dinheiro público. A execução dos projetos deve ser fiscalizada e acompanhada pelas áreas. A Secretária-Geral registrou que na última Reunião de Líderes Avançados (RLA), a presença de Secretários só existiu na pessoa de Leila Lima (SEGESP). Dr Paulo Chenaud (Coordenador de Juizados Especiais) e Dr. Raimundo Nonato (Juiz Assessor da 1ª Vice-Presidência) também estavam presentes na RLA. Ressaltou a importância de os Secretários assenhorem-se dos seus projetos. Lembrou que a ferramenta adquirida pelo TJBA para gerenciamento de projetos deve ser utilizada. Falou da importância do cumprimento da Resolução 198 do CNJ que fala de Planejamento Estratégico, além da Meta 2, que vem sendo discutida mais amplamente em diversos grupos, com diversos magistrados, Corregedorias e Juizados Especiais. Relatou que na última reunião de Governança Colaborativa foi firmado um Pacto para o enfrentamento das Metas Nacionais e que essa é uma das prioridades do TJBA, alcançar os índices de cumprimento da Meta 2 principalmente. Inclusive, o cumprimento das Metas Nacionais poderá impactar na manutenção do Selo Ouro do Justiça em Números do TJBA.



Dr. Paulo Chenaud registrou sua preocupação com o cumprimento da Meta 2. O TJBA vem mostrando seu crescimento junto ao CNJ, com relação à produtividade. E, com relação a esse índice, teme pelo seu decréscimo. Devem ser tomadas medidas urgentes para o cumprimento da Meta 2. Considera necessária a criação de uma força-tarefa para o alcance dessa Meta em todas as unidades e é preciso apoio tecnológico com relação ao sistema. Considera que pelo cenário atual corre-se um sério risco de o Índice de Produtividade do TJBA cair.

Dra. Iramar Martinez complementou afirmando que as ações já começaram a ser implementadas e que os responsáveis serão informados no decorrer do processo.

O Des. Augusto Bispo pediu o engajamento de todos para o atingimento das Metas e consequentemente a manutenção do Selo Justiça em Números.

O Secretário Leandro Sady pediu a palavra para registrar fatos que ocorrem na rotina da Secretaria de Tecnologia de Informação e Modernização (SETIM) e que impactam na execução de projetos que são estratégicos. Demandas que são enviadas à SETIM como urgentes chegam às mãos dos técnicos que, por não poder decidir o que é realmente ou não urgente, para ações estratégicas e importantes pra atender às solicitações. Sugeriu que os Comitês, as Comissões deliberassem o que realmente deve ser atendido com urgência pela Setim. A Secretária da SEGESP concordou e complementou que muitas demandas não deveriam ser feitas à SETIM, mas diretamente ao setor responsável pela informação.

O Des. Augusto Bispo considerou que as ponderações foram importantes e que o fórum para coloca-las é a RAE.

07. Proposta de Inclusão de Projeto no Portfólio

Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) – Projeto Populus. A Secretária Leila Lima informou que o Projeto de Aquisição do Sistema Populus seria feita pelo servidor Fábio D’Almeida.

Fábio D’Almeida explicou que o projeto Populus já está em execução e a SEGESP considera-o Estratégico. Apresentou o alinhamento Estratégico e breve descrição. Dentre as principais justificativas está a necessidade de unificar os sistemas de Gestão de Recursos Humanos, além de outras apresentadas pelo servidor. Apresentou o objetivo e o custo estimado que é preliminar, pois depende de processo de Licitação. Os benefícios quando da implantação do projeto foram listados. Informou também patrocinador, demandante, gestor do projeto e gerente do projeto.

Justificou a solicitação de inclusão no portfólio com itens considerados estratégicos pela SEGESP, além de mostrar as etapas de execução do projeto.

A Secretária Leila Lima lembrou que o projeto é de longo prazo, traz economicidade, eficiência e segurança à Gestão de Pessoas do Tribunal. Relatou algumas atividades realizadas na SEGESP que consomem tempo e atividade de servidores que poderiam ser feitas de maneira eletrônica.

Dr. Paulo Chenaud reforçou os argumentos da Secretária e considera a implantação do Sistema de extrema relevância e urgência para o TJBA.

Dr. Humberto Nogueira, Assessor Especial da Presidência, questionou como será feita a migração dos dados para o novo sistema.

Fábio D’Almeida explicou que a contratada fará a análise, o saneamento e a migração dos dados, com o suporte das áreas de Gestão de Pessoas e Tecnologia de Informação.

Dr. Humberto Nogueira, questionou se o Tribunal disporá de pessoal para apoiar essa migração. Fábio D’Almeida confirmou que existem riscos relacionados a essa migração, mas que já foram mapeados e a atividade será executada.

O Secretário da SEJUD, Sr. Antônio Roque, lembrou que o projeto está sendo deliberado para inclusão no portfólio estratégico e que a parabeniza a iniciativa da SEGESP, na pessoa de Dra. Leila Lima.



A Secretária Leila Lima reforçou as ponderações feitas por Fábio D'Almeida e garantiu que a migração será feita.

O Des. Augusto Bispo registrou a presença da Des. Maria da Graça Osório na mesa. Considera o projeto estratégico e franqueou a palavra ao CGOV.

O Secretário Leandro Sady afirmou a condição estratégica do projeto e informou inclusive os diversos problemas que ocorrem em diversos sistemas existentes, impactando na execução de tarefas da equipe dedicada à SEGESP na SETIM. A aquisição do novo sistema representará um avanço na segurança e na modernização da Gestão de Pessoas no Tribunal. A equipe de desenvolvimento da SETIM deve ser voltada para sistemas para a área fim do TJBA. Os sistemas voltados para a área meio devem ser feitos por empresas especializadas, evidentemente com o termo de referência bem elaborado e o contrato sendo efetivamente acompanhado e controlado pela equipe da SETIM e da SEGESP.

O Des. Augusto Bispo colocou em votação a inclusão do projeto no portfólio estratégico. Foi aprovado por unanimidade pelo CGOV.

A proposta de inclusão seguinte foi do projeto da Coordenação de Juizados Especiais, Queixa Cidadã – módulo processual. O Coordenador Dr. Paulo Chenaud passou a palavra ao Secretário Leandro Sady, que explicou como o projeto Queixa Cidadã está sendo executado. A ferramenta já está pronta e prestes a entrar em produção. O Secretário ressaltou a importância da parceria existente entre a unidade gestora e a SETIM. Lembrou que o Queixa Cidadã é parte do projeto de Transformação Digital. Elogiou a equipe da Setim, em especial a funcionária Sara, e em seu nome agradeceu o esforço de todos os servidores e colaboradores da Setim. Foi apresentado um vídeo exemplificando o uso do aplicativo que permitirá o cidadão fazer uma queixa, utilizando inteligência artificial, com reconhecimento facial dentre outros.

Dr. Paulo Chenaud reafirmou a relevância do projeto, principalmente quanto ao avanço tecnológico e a redução de custos de atendimento. O próprio cidadão poderá gerar a queixa através do aplicativo gerando uma grande melhoria na prestação jurisdicional e em avanço tecnológico para o Tribunal.

Cláudio Lemos apresentou a alteração de escopo do projeto Queixa Cidadã, colocando a EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento) como empresa-piloto para utilização do aplicativo. A conciliação poderá ser agendada, e caso o acordo não seja firmado, o cidadão poderá através do aplicativo agendar a audiência para ajuizar ação.

A proposta será inclusa como alteração de escopo do projeto Queixa Cidadã, incluindo a fase pré-processual.

Foi encerrada a parte II da RAE e a servidora Hévila Santana passou a palavra a Pedro Vivas.

08. Execução Orçamentária x Programas Estratégicos

Pedro Vivas passou a palavra ao Secretário de Planejamento e Orçamento Pablo Moreira que apresentou o Mapa Estratégico, lembrando a todos que tudo tem início nele e que dele nasce o orçamento. Apresentou os programas estratégicos que englobam os macrodesafios estratégicos, sendo eles: Acesso à Justiça, Eficiência em Números e Governança Corporativa. Apresentou o gráfico da execução do orçamento em 2018 relacionado aos Programas Estratégicos. O Secretário ressaltou a importância de analisarmos os números do Tribunal, em especial aqueles relacionados ao Justiça em Números e Metas Nacionais.

Para a apresentação do Justiça em Números, o Secretário Pablo Moreira passou a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alexsandro Santos.

09. Justiça em Números - Previsão de Pontuação 2019

O Diretor Alexsandro Santos falou da previsão de pontuação do Selo Justiça em Números. Iniciou falando da participação de todas as unidades do TJBA. A Secretaria de Planejamento realiza a análise e compilação das informações a serem enviadas. O Diretor falou sobre a consulta pública feita sobre a portaria para o exercício de 2019. Algumas questões foram acrescentadas por esta portaria e, diante das inclusões, a pontuação do TJBA ficará prejudicada. Não somente o Tribunal da Bahia, mas todo o cenário nacional mudará.



10. Metas Nacionais – Foco Meta 2

Quanto ao desempenho da Meta 2 foi exibida a colocação do TJBA no contexto de todos os Tribunais Estaduais. Diante da posição do Tribunal, algumas ações já estão sendo tomadas para atuar em todas as frentes e não somente com grupos de trabalho.

11. Ranking da Transparência

O Diretor de Planejamento, Aleksandro Santos mostrou que novamente todos os setores do TJBA possuem itens a serem cumpridos. Mostrou que a Ouvidoria é a unidade que mais possui itens a serem cumpridos para a Transparência do Tribunal. Relatou que a referida unidade já foi contatada para que as ações necessárias ao cumprimento das resoluções sejam tomadas, bem como a Assessoria de Comunicação que é a unidade que publica os dados. Ressaltou que as informações para o cidadão devem ser claras e devem atender à demanda do jurisdicionado e evitar os termos técnicos. Fez um pedido a todos os representantes das unidades para que se apropriem mais das resoluções de seus setores. Lembrou que a Transparência é um dos itens do Justiça em Números e precisa ser enfrentado.

13. Indicadores Estratégicos do TJBA

Quanto aos indicadores estratégicos apresentou o desempenho do Tribunal quanto aos Casos Novos, Processos Baixados, Casos Pendentes, Índice de Produtividade dos Magistrados, Índice de Produtividade dos Servidores, Índice de Atendimento à Demanda e Taxa de Congestionamento.

Para falar de Eficiência do TJBA, o Diretor Aleksandro Santos passou a palavra ao Secretário de Planejamento e Orçamento, Pablo Moreira.

Pablo Moreira explicou a taxa de Eficiência como sendo a relação do orçamento com a quantidade de processos baixados, gerando assim o custo por processo baixado. A curva vem decrescente, estando abaixo da média nacional, porém este é apenas um dado estatístico. A quantidade de processos a serem julgados, embora decrescente, ainda é alto para o estoque existente.

14. Semana de Sentenças e Baixas

Como propostas de realização foram sugeridos os períodos:

Primeira semana: 10 a 14 de junho e segunda semana: 14 a 18 de outubro.

As propostas foram colocadas em votação.

O Assessor de Comunicação, Moisés Bisesti pediu a palavra antes do término da reunião para falar da Comunicação da Gestão que embora tenha vários avanços, necessita de maior aproximação com o jurisdicionado. E com esse propósito diversas ações já estão sendo tomadas, como ampliação de abrangência da rádio do Tribunal, colocações de painéis com as informações contidas no "carrossel" do site. Com relação às metas nacionais a Ascom providenciará a adequação da linguagem para o público externo. Falou também do relatório de gestão, que em agosto já começará a ser elaborado, mas se alguma unidade já quiser, pode as ações do primeiro trimestre.

O Des. Augusto Bispo elogiou o trabalho do Assessor de Comunicação à frente da ASCOM.

Com relação às datas de Semanas e Baixas, a Diretora de Primeiro Grau sugeriu que a primeira semana seja feita em julho, para não coincidir com o mês da Meta 2. A data sugerida para a primeira semana de sentenças e baixas foi de 22 a 26 de julho. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Primeira semana: 22 a 26 de julho e segunda semana: 14 a 18 de outubro. **Aprovadas**

15. Deliberações do CGOV (Aprovação da Data da 2ª RAE de 2019 – IX RAE)

A sugestão do dia 11/06/19 foi aprovada por unanimidade.



16. Encerramento

O Des. Augusto Bispo falou sobre a Taxa de Congestionamento, que teve um crescimento, principalmente após a Constituição de 1988 que deu ensejo às novas demandas e a estrutura dos Tribunais Estaduais permaneceu a mesma. Ainda assim o TJBA vem cumprindo seu papel. Elogiou a dinâmica da RAE, falou da importância da atenção aos números do TJBA. Ressaltou a importância do compromisso de todas as unidades para o alcance das metas e cumprimento das resoluções atinentes às suas atividades. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

9

